

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

LUTO

Morre
Pedro Colin,
ex-presidente
da Assembléia



Página 5

Paraná
garante apoio
para ferrovia
no Oeste
de SC

Página 5

Catarinenses preocupados com a reforma tributária

Proposta de Emenda Constitucional que tramita na Câmara dos Deputados dá à União poder de legislar sobre 93,20% de tudo que se arrecada no país



Alberto Neves

Audiência pública avalia mudanças previstas pela PEC que vai unificar tributos federais com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

Páginas 6 e 7

Sessão solene presta homenagem a luteranos em Rio do Sul

Alberto Neves



Centenário da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana é destacado

Página 4

Ciclo de Debates vai esclarecer regras para eleições 2008

Eduardo Guedes de Oliveira



Assembléia Legislativa, TRE-SC e TCE consolidam parceria

Protocolo firmado, dia 2, entre o Parlamento, por meio da Escola do Legislativo, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), através da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), e o Tribunal de Contas, por intermédio do Instituto de Contas, vai garantir a realização de um Ciclo de Debates sobre as Eleições 2008. O objetivo é atualizar partidos, candidatos, políticos e comunidade em geral em nove encontros programados pelo estado.

Página 3

OPINIÃO

Hospitais estaduais precisam do nosso socorro

A situação precária dos hospitais públicos sob responsabilidade do Estado, que vão da falta de pessoal, de condições de trabalho, a sérias questões sanitárias, e, conseqüentemente à condição desumana a que são submetidas, diariamente, centenas de pessoas que buscam por atendimento, me levou a requisitar à Comissão de Saúde – da qual sou vice-presidente – a realização de audiência pública aqui na Casa. Meu pedido foi aprovado por unanimidade e estou trabalhando para construir um encontro que reúna as entidades médicas, o sindicato dos trabalhadores, as representações comunitárias, a secretaria estadual da Saúde e o Ministério Público Estadual.

O encontro é para pontuar os problemas de forma a levantar soluções factíveis, em caráter emergencial, que garantam o atendimento compatível com a importância que deve ser dada à saúde e às

vidas das pessoas, de pacientes a trabalhadores. Temos médicos e outros profissionais da Saúde trabalhando em situações degradantes física e emocionalmente, conforme denúncias que recebo quase que diariamente em meu gabinete, e como a imprensa tem registrado nos últimos dois meses, depois da situação chegar a extremos, como no caso do Hospital Florianópolis, que está com apenas 10 médicos clínicos e dois plantonistas desde julho do ano passado. Foi por ordem do Ministério Público Estadual que o referido Hospital ficou com 10 clínicos, já que os outros 10 eram contratados por tempo determinado. O Ministério Público mandou o Estado fazer concurso e até agora, nada. Aliás, o Ministério Público – que traremos para a audiência pública – tem atuado de forma exemplar, em seu papel de fiscalizar e exigir do Estado o cumprimento de suas responsabilidades, inclusive com

ações judiciais que têm encontrado ressonância no Poder Judiciário. Caso da Maternidade Darcy Vargas, em Joinville, para a qual a Justiça determinou a imediata contratação de 38 médicos em caráter temporário e a realização, em oito meses, de concurso público. Caso das seis unidades hospitalares na Grande Florianópolis que estão com graves problemas sanitários.

Sou médico, já trabalhei em hospitais públicos e fui prefeito. Reafirmo: o Brasil tem o sistema mais generoso de saúde pública do mundo. O Sistema Único de Saúde – o SUS – vale à pena. Que o digam os 140 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente dele. E somente unindo esforços, sem bandeiras partidárias ou ideológicas, poderemos levá-lo ao seu pleno funcionamento.

Deputado Jailson Lima da Silva (PT)

O desmonte no serviço público

Acompanhamos o desmonte do serviço público em prejuízo dos trabalhadores e da grande maioria da sociedade. Aqueles que não têm condições financeiras de pagar escola, segurança e não podem ter um convênio de saúde amargam o desengano e o abandono. Estes serviços, que deveriam ser universais e gratuitos, passaram a ser mercadorias lucros de poucos.

Alguém pode afirmar que os que podem devem pagar, pois aí sobram mais recursos para que os pobres tenham acesso. Nada mais enganoso! A realidade é que o Estado é privatizado a partir de dentro, garantindo todo o conforto a quem pode pagar um excedente, deixando a maioria não apenas com o pior serviço, mas sem o serviço.

A Constituição de 1988 pretendeu instituir um esboço de Estado de Bem Estar Social. Dois anos depois o Estado passou a ser privatizado, reduzido na sua capacidade de prestação de serviço. Os governos Collor, FHC e Lula têm

diferenças meramente cosméticas nesse aspecto.

Depois de uma década de privatizações, desmonte e arrochos, esperava-se que “os ventos da mudança” espanariam para bem longe essa política de louvação ao “deus mercado”. Falsos ventos, pois logo em 2003, o governo Lula impôs uma contra-reforma da previdência, aumentando o tempo de serviço para aposentadoria e criando mercado para grupos privados de aposentadoria complementar. Depois vieram as “parcerias público-privadas”, os leilões de poços de petróleo, a liberação dos pedágios e a mais nova proposta de “fundação pública de direito privado” do ministro da Saúde.

Em SC, nesse exato momento, a lógica do mercado está nadando de braçadas, instituída pelo governo Luiz Henrique da Silveira. Na educação, a terceirização toma conta da merenda escolar e, na saúde, das lavanderias e cozinhas nos hospitais, além de laboratórios,

enquanto são elaborados contratos de gestão com grupos privados para administrar os recursos e os serviços públicos da área.

Servidores contratados pelo Estado há anos estão sendo demitidos de forma inapelável. As empresas ou fundações privadas contratam servidores sem concurso, compram produtos sem licitação numa afronta à Constituição.

A saída para essa lamentável situação é a organização dos trabalhadores, que precisa ir além da resistência aos ataques vindos de cima. É preciso constituir um movimento que envolva o conjunto dos explorados e oprimidos para a construção de uma nova sociedade. Isso só é possível plenamente com a abolição do lucro, ou seja, com a abolição do capitalismo. O socialismo segue sendo a alternativa à perversidade do capital.

Deputado Sargento Amauri Soares (PDT)

Assinatura de acordo

O Parlamento Catarinense comemorou nesta semana a assinatura de acordo entre a União de Parlamentares do Mercosul (UPM) e o Mercado Comum do Sul.

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), vice-presidente da UPM, participou de 29 a 31 de março, da VIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, onde foi aprovado o ato interinstitucional. A partir de agora está garantida a participação dos depu-

tados estaduais (no caso do Brasil) e regionais (Argentina, Paraguai e Uruguai e Venezuela), na elaboração das legislações necessárias à consolidação do Mercosul.

O acordo representa uma grande conquista aos integrantes da UPM, pois os problemas pertinentes ao Estado, no tocante ao Mercosul, não necessitam mais agora de pareceres ou intermediação do Congresso Nacional, nem sempre integrados nos assuntos.

Errata

Ao contrário do que foi publicado na página 5 do “AL Notícias”, na edição de 28 de março de 2008, na matéria “Parlamento destaca 50 anos do CREA”, o engenheiro que falou em nome dos ex-presidentes e conselheiros da CREA foi Celso Ramos Filho e não José Carlos Ramos Filho.



Celso Ramos Filho falou em nome de ex-presidentes e conselheiros

[AGENDA]

• **Dia 9, 18 horas:** Comissão de Agricultura – Audiência pública “Taxas provenientes da fiscalização e acompanhamento das agroindústrias familiares no estado”

Local : Sala das Comissões

• **Dia 10, 14 horas:** Comissão de Saúde – Audiência pública “Situação da dengue no estado de Santa Catarina”

Local : Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **Dia 10, 18 horas:** Sessão solene em homenagem aos 50 anos do Colégio La Salle

Local : Xanxerê

• **Dia 10, 19 horas:** Sessão solene para conceder o título de Cidadão Catarinense a Paulo Konder Bornhausen

Local : Plenário e hall

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Ciclo de Debates vai focar nas eleições municipais de 2008

Parlamento, TRE e TCE promovem encontros para esclarecer regras do pleito deste ano

Receber verbas de entidades proibidas, não declarar as doações na conta corrente obrigatória da campanha e fazer propaganda antes do tempo permitido. Esses são alguns dos erros mais comuns cometidos por candidatos às eleições em todo o país, muitas vezes pela falta de conhecimento das regras eleitorais.

Para atualizar partidos, candidatos, políticos e comunidade em geral, foi firmado dia 2, no Plenário da Assembléia Legislativa, um convênio entre o Parlamento, por meio da Escola do Legislativo, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), através da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), e o Tribunal de Contas, por intermédio do Instituto de Contas. O protocolo foi assinado pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), pelo diretor da EJE, Volnei Celso Tomazini, e pelo presidente do Tribunal de Contas, professor José Carlos Pacheco.

A parceria resulta na realização de um Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais em 2008, esclarecendo, principalmente, os dirigentes partidários, candidatos e pré-candidatos, sobre dúvidas quanto às normas que regem o pleito deste ano. Além das regras do processo eleitoral, as prestações de contas e o que pode ou não ser

feito no último ano de mandato também serão abordados nos encontros.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), explica que já existia um convênio entre o Parlamento e o Tribunal de Contas. "A partir da criação da Escola Judiciária Eleitoral, o TRE nos procurou para ampliar a parceria e, dessa forma, conduzir os candidatos às eleições deste ano a errarem menos", acrescenta.

Segundo o diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Volnei Celso Tomazini, a escola existe para difundir a matéria eleitoral, aproximando o tribunal da sociedade e demais órgãos públicos. "O TRE deve ser reconhecido também como um órgão de esclarecimento e não só de punição", explica o Juiz Eleitoral. "Queremos um pleito regular".

O ciclo tem início no dia 4, em Otacílio Costa, percorrendo outros oito municípios. Os debates poderão ser assistidos também por lideranças comunitárias, servidores e assessores de Câmaras e Prefeituras Municipais e demais interessados. As inscrições devem ser feitas na Escola do Legislativo pelo e-mail escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br ou pelos telefones (48) 3221-2828 e 3221- 2952. As vagas são limitadas.



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (C), destaca a importância da parceria entre as instituições

Calendário

- **4 de abril** – Otacílio Costa
- **11 de abril** – Capivari de Baixo
- **16 de maio** – Barra Velha
- **30 de maio** – Canoinhas
- **6 de junho** – Concórdia
- **9 de junho** – Sombrio
- **13 de junho** – Florianópolis
- **20 de junho** – São Lourenço do Oeste
- **27 de junho** – Blumenau

Trabalho resgata memória e homenageia vítimas da ditadura



Carlos Killian

Derlei de Lucca (C) preside Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos

Comitê agenda reunião para segunda-feira

O Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, vai se reunir, no próximo dia 7. Em pauta, o 40º ano de assassinato do estudante Edson Luis durante a ditadura militar, os 40 anos da queda do Congresso da UNE

em Ibiúna, o Ato Institucional nº 5 e os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A reunião terá o apoio dos deputados Sérgio Grandó (PPS), Ada de Luca (PMDB), Décio Góes (PT) e Sargento Amauri Soares (PDT).

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) iniciou neste ano um projeto que resgata a memória e homenageia as vítimas da ditadura em todo o país.

"Completam-se 40 anos de um período negativo da nossa história, e por isso estão sendo organizados vários encontros reunindo familiares de desaparecidos políticos e ex-presos e exilados", afirma Derlei de Lucca, presidente do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Esse trabalho, em todos os estados onde há ex-presos e desaparecidos políticos, é executado pela jornalista Vera Rotta, coordenadora do projeto Direito à Memória e à Verdade da SEDH/PR. Em Florianópolis, a coordenação é feita por Derlei de Lucca. O Comitê catarinense

já tem programada a próxima reunião de trabalho (veja quadro ao lado).

O primeiro monumento em homenagem a todas essas pessoas foi inaugurado no Rio de Janeiro. O próximo será em São Paulo e em Santa Catarina possivelmente será em agosto. Todos são elaborados pela artista Cristina Pozzobom.

Além da escultura, haverá seminário e uma exposição sobre o tema. Santa Catarina teve 10 pessoas desaparecidas durante a ditadura e aproximadamente 400 presos. No país, eles são milhares. Até agora, apenas 135 tiveram reconhecimento imediato como desaparecidos, conforme a Lei nº 9.140/95 e 221 foram a julgamento para obter o reconhecimento. As famílias receberam indenizações que variam entre R\$ 100 mil e R\$ 152 mil.

INSTITUCIONAL

Fotos: Alberto Neves



Cerimônia marcando centenário de serviços prestados pela comunidade luterana foi realizada na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul

Parlamento faz homenagem a luteranos

Sessão solene marca um século da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Tatiani Magalhães

Os 100 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em Rio do Sul, foram marcados por sessão solene realizada pela Assembléia Legislativa, dia 27, na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi). A iniciativa foi do deputado petista Jailson Lima, representante da região no Parlamento. Entre as autoridades presentes, estava o prefeito de Rio do Sul, Nilton Hobus.

Na abertura, Jailson ressaltou que o momento era de reflexão e reconhecimento às atividades da comunidade evangélica luterana, que aplica a educação cristã na cidade. "A comunidade criou suas raízes e cresceu contribuindo para o desenvolvimento do município e região, sempre respeitando a ética e atribuindo as grandes conquistas à sociedade local", comentou.

Para o presidente da comunidade evangélica luterana, Arlindo Lippel, o reconhecimento público é uma prova de que a entidade está no caminho certo. "São muitas as dificuldades e passamos por altos e baixos. Não é qualquer comu-

nidade que consegue chegar ao centenário. Só temos a agradecer as vitórias ao longo desses anos."

O prefeito Nilton Hobus lembrou que a comunidade prega a palavra de Deus com responsabilidade. "Temos que pedir a Deus forças para que a comunidade possa se manter viva e contribuindo de forma positiva para a evangelização", lembrou.

O advogado Jaime João Pasqualini, natural da região, aproveitou a solenidade para lembrar que os estímulos encontrados na comunidade e no ensino do município durante sua infância o levaram a traçar a sua vida. Em breve, ele deverá assumir como deputado estadual, no rodízio promovido pelo PP. "Essa homenagem é para alemãs e italianas que contribuíram para a criação da comunidade", ressaltou.

Na solenidade, o Legislativo também homenageou o Hospital Samária pelos serviços prestados ao município, os 60 anos do Colégio Sinodal Ruy Barbosa, o Coral Louvarte pelos seus 80 anos de fundação e os pastores Adelmo Oscar Struecker, Marcelo Schneider e Carlos Oscar Vichel.



Presidente da Comunidade Evangélica, Arlindo Lippel, com Jailson Lima

Veículos de comunicação em dia com o fisco terão publicidade oficial

Alberto Neves



Secretário de Estado da Comunicação, Derly Massaud de Anuniação, e presidente Julio Garcia

Zelo com o dinheiro público e valorização dos veículos de comunicação que cumprem suas obrigações fiscais foram as principais motivações para o acordo assinado dia 31 de março entre os poderes Executivo e Legislativo, na Casa D'Agrônômica.

O acordo prevê o compartilhamento do banco de dados com informações fiscais sobre os veículos de comunicação em Santa Catarina. Aqueles que não estiverem em dia com o fisco não poderão receber publicidades oficiais dos dois Poderes.

O Cadastro dos Veículos de Comunicação foi instituído pelo Decreto nº 876, em novembro de 2007, e passou a funcionar com criação do banco de dados, desenvolvido pelo Centro de Informação e Automação de Santa Catarina (Ciasc). De acordo com o secretário de Estado de Comunicação, Derly Massaud de Anuniação, estão cadastrados cerca de 680 veículos de comunicação. Destes, 350 se mantêm rigorosamente em dia. Todos os demais estão se adequando às novas exigências.

Para o presidente da As-

sembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), o acordo não só incentiva essa adequação, como também atende obrigações legais. "Não poderíamos proceder de outra maneira." Ele apóia a iniciativa de que o compartilhamento dos dados se estenda também a outros órgãos públicos.

Para terem acesso à publicidade, os veículos devem apresentar certidão negativa de débito com o INSS e FGTS, da Receita Federal, estadual e municipal e alvará de funcionamento, entre outros documentos.

INSTITUCIONAL

Morre nos Estados Unidos ex-presidente da Assembléia Pedro Colin

Com 28 anos dedicados à vida pública, ele presidiu o Legislativo e inaugurou o Palácio Barriga Verde

O ex-presidente da Assembléia Legislativa Pedro Paulo Hings Colin (PSDB) morreu, dia 1º, aos 79 anos, em Nova York, enquanto dormia. Nascido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Colin esteve presente em momentos marcantes da política nacional. Atualmente era presidente do Besc Corretora de Seguros (Bescor).

Foram 28 anos exercendo mandatos. Colin começou sua carreira política em 1958 como vereador e presidente da Câmara Municipal de Joinville. Em 1963, assumiu pela primeira vez uma cadeira na Assembléia Legislativa, onde ficou por oito anos. Em 1970, foi presidente da Casa, ano em que o Palácio Barriga Verde foi inaugurado. Colin estava no segundo mandato como deputado estadual.

A inauguração do Palácio Barriga Verde, em 14 de dezembro de 1970, marcou a vida do único representante de Joinville a presidir o Legislativo catarinense. Segundo ele, com a nova sede, a população passou a ter condições de melhor fiscalizar a atuação dos deputados.

Colin conquistou quatro

mandatos federais (1971 a 1987), sendo os três primeiros pela Arena e o último pelo PDS. Em 1986, disputou uma vaga ao Senado pelo recém criado PFL, recebendo cerca de 102 mil votos e alcançando a 10ª colocação. Quatro anos depois, candidatou-se para Câmara dos Deputados, não logrando êxito. Depois disso, não disputou mais eleições, centrando foco na política partidária de Joinville, filiando-se ao PSDB.

Presidiu o partido e ajudou a costurar a aliança que colocou o hoje prefeito Marcos Tebaldi como vice de Luiz Henrique da Silveira na disputa pela Prefeitura de Joinville em 2000. A aliança foi reeditada dois anos depois na disputa ao governo do Estado.

Com a eleição de Luiz Henrique, foi indicado para presidir o Bescor. Era bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, formado em 1962.

Homenagens

O presidente da Assembléia



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Colin foi único deputado de Joinville a comandar o Legislativo

Legislativa de Santa Catarina, deputado Julio Garcia (DEM), anunciou, na abertura da sessão ordinária do dia 1º, seu pesar

pelo falecimento de Pedro Colin. A sessão foi suspensa conforme prevê o Regimento Interno da Casa, em seu artigo 89.

Depoimentos

"A notícia do falecimento trouxe muito tristeza ao partido. Hoje nós perdemos um dos mais aguerridos filiados. Lamentamos muito o ocorrido"
Deputado Marcos Vieira (PSDB)

"Lamentamos a perda de um dos grandes ícones joinvilenses. Colin era uma personalidade muito importante para todos nós"
Deputado Kennedy Nunes (PP)

"A Assembléia Legislativa presta a maior homenagem que pode ser feita aos nossos parlamentares e me sinto muito honrado por fazer parte deste momento"
Deputado Manoel Mota (PMDB)

"Acompanhei parte da trajetória política desse grande homem. Que todos nós possamos seguir seus passos que eram baseados na verdade e no respeito"
Deputado Reno Caramori (PP)

Frente ganha apoio do Paraná para expansão de ferrovia em SC



Deputado Pedro Uczai com governador Roberto Requião

A Frente Parlamentar em Defesa das Ferrovias recebeu apoio do Paraná para a expansão de ramais ferroviários da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) para o Mato Grosso do Sul e o Oeste de Santa Catarina.

Os parlamentares liderados pelo deputado Pedro Uczai (PT) tiveram, dia 1º, audiência com o governador do Paraná, Roberto Requião, que manifestou apoio à medida.

O grupo de parlamentares conversou por cerca de 40 minutos com Requião, que elogiou a criação da Frente cujo objetivo é articular a aceleração da implantação de ferrovias a fim de otimizar o transporte de produtos entre Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

"Recebemos hoje aqui um reforço forte. São deputados que se somam no apoio ao projeto. Daqui para frente eles vão trabalhar essa idéia junto com o governo federal e mostrar com

clareza a necessidade e a utilidade dessa ferrovia. Eu acho que com todas essas forças somadas, nós viabilizaremos a extensão da Ferroeste para o Mato Grosso do Sul e o Oeste de Santa Catarina", afirmou Requião.

Historicamente defensor das ferrovias, o deputado Pedro Uczai avaliou positivamente o encontro com o governador do Paraná.

"O apoio político do governador Requião é fundamental, tendo em vista que a Ferroeste parte do Paraná. Agora vamos trabalhar para que a vontade política dos governadores dos três estados, somada à união de forças dos parlamentares, viabilize a inclusão da obra no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. É um projeto estratégico de desenvolvimento econômico e de integração dessas regiões entre si e com a América Latina", reforçou Uczai.

Estudo

A proposta de criação da Frente Parlamentar surgiu no dia 29 de fevereiro deste ano, depois que a direção da Ferroeste apresentou um projeto a empresários de Chapecó para a implantação de ramais ferroviários no Oeste de Santa Catarina. Segundo o projeto apresentado pelo diretor-presidente da Ferroeste, Samuel Gomes, a ferrovia ligaria o município de Cascavel, no Paraná, ao município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul, e ao Oeste de Santa Catarina.

Um estudo apresentado no encontro demonstra que a indústria de carne de frango e de suínos do Oeste de Santa Catarina é abastecida pelo milho e soja produzidos no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Oeste e Sudoeste do Paraná, hoje transportados por caminhão. Com a Ferroeste, seriam reduzidos os custos de produção para as agroindústrias catarinenses.

INSTITUCIONAL

Audiência pública mostra preocupação com projeto da reforma tributária

Entidades defendem redução de carga de impostos, mas temem concentração de competência por parte da União; reunião culmina com documento

Rose Mary Paz Padilha

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária, que tramita na Câmara dos Deputados e deve reduzir a competência de estados e municípios para legislar sobre a matéria, foi debatida dia 31 na Assembléia Legislativa. O projeto prevê, entre outras mudanças, tornar federal a legislação do ICMS. Na prática, o governo vai legislar sobre 93,20% de tudo que se arrecada no país. "Se aprovada proposta do governo, os estados e municípios não terão nenhuma competência para legislar sobre questões tributárias", afirmou o deputado estadual Renato Hinnig (PMDB). O parlamentar lembrou que a Constituição Federal de 1988 fez a distribuição das competências e a divisão das receitas, ficando para os estados 33% da arrecadação; 15% para os municípios e 52% para a União.

Hinnig lembrou que, de lá para

cá, o governo federal concentrou ainda mais os tributos: a fatia da União subiu para 65%, enquanto que a dos estados caiu para 23% e a dos municípios desceu para 12%. Disse também que o momento é oportuno para que os estados e municípios rediscutam o novo pacto federativo, ou seja, as competências de cada ente do governo e a forma de partilha dos recursos. "Esse é o aspecto mais grave da proposta tributária do governo sobre o qual não concordamos", afirmou Hinnig.

Os 35 mil filiados da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco) têm a mesma opinião. O pensamento da entidade está expresso num documento enviado à Câmara dos Deputados. Rogério Macanhão, presidente da Fenafisco, afirmou que não pode haver sistema tributário em que os estados sejam impedidos de cuidar dos seus tributos. "O federalismo fiscal estará sendo jogado fora", declarou.

Tarefa complexa

Entidades dos setores empresarial e comercial, prefeitos e sindicalistas presentes ao encontro, assim como os parlamentares, defendem que o novo modelo nacional deva garantir que não ocorra aumento da carga tributária.

As propostas apresentadas na audiência foram entregues ao deputado federal Edinho Bez (PMDB/SC), indicado pelo partido para presidir a Comissão da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.

No âmbito da Assembléia Legislativa a discussão terá continuidade. O deputado Décio Góes (PT) propôs o debate em todas as regiões catarinenses.

Entre os presentes, o presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (Faciisc), Luiz Carlos Furtado Neves, destacou a importância da audiência.

Empreendedor

"Este é um momento importante, onde cada um desses especialistas aqui reunidos tem participação especial para poder

contribuir com o Brasil através de um grande exemplo que é Santa Catarina como estado empreendedor e bem estruturado", observou.

Segundo ele, a grande preocupação da Facisc é pela competitividade e sobrevivência das empresas catarinenses "Precisamos nos unir para que não sejamos enganados pelo tempo, pela pressa, pelo sonho. Merecemos cobrar e exigir uma proposta coerente que dê ao município, ao estado, ao país e principalmente ao empresário que paga a conta, condições de competitividade num mundo cada vez mais globalizado".

Além de Neves, estiveram presentes na audiência pública, entre outras autoridades, o 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco José Corte; o gerente de Tributos da Secretaria de Estado da Fazenda, Carlos Roberto Molin; o presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina (Sindifisco), Fabiano Dadam Nau; e o presidente do Sindicato de Cargas de Santa Catarina (Sindicargas), Julio Cesar Hess.



Reunião avalia impacto do projeto do Executivo que tramita na Câmara dos Deputados e dá ao governo federal o direito de legislar sobre 93,20% em matéria tributária

Fiesc quer que emenda seja aperfeiçoada

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) apóia a reforma, mas defende que a proposta seja aperfeiçoada. "Um dos pontos falhos é a não extinção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que deveria ser extinto e agregado ao IVA Federal, juntamente com outras contribuições extintas", observa o primeiro vice-presidente da entidade, Glauco José Corte, que participou da audiência.

Ele defendeu atenção especial para se definir o uso dos créditos sobre bens de uso e consumo. "É preciso uma defini-

ção melhor do que venha a ser o conceito de crédito financeiro incorporado na proposta. A questão dos créditos deveria ser objeto de uma grande reflexão. Embora a proposta dê tratamento para os créditos adquiridos a partir da implementação da reforma. Nós temos um estoque de créditos tributários de ICMS Exportação que a reforma tributária simplesmente ignora. Aqui em Santa Catarina temos estoque de R\$ 500 milhões e no Brasil entre R\$ 10 e 215 bilhões. Qual o tratamento que será dado a esses créditos? A reforma deveria

contemplar isso".

Glauco avalia a proposta do Executivo como reconhecimento por parte do governo de que o sistema tributário é complexo. "Não é neutro, é pouco transparente e com muitas distorções causadas pelo grande volume de tributos indiretos. Temos legislações diferentes, competências tributárias nem sempre claras entre Estados, municípios e União. Essa reforma contém alguns avanços, embora, como admite o governo, não seja a ideal, avança em aspectos de simplificação do sistema tributário", afirma.



Glauco: sistema pouco transparente

Fazenda vê pontos positivos e negativos

Para o gerente de Tributos da Secretaria de Estado da Fazenda, Carlos Roberto Molin, o projeto do governo federal tem aspectos positivos e negativos. Entre os positivos, ele destaca a unificação dos tributos federais, criando o IVA Federal (Imposto sobre Valor Agregado); a unificação da legislação tributária do ICMS; a redução da guerra fiscal; a melhora na distribuição do bolo da receita; a melhora no pacto federativo. Também enalteceu o fato de ser uma reforma gradual, que traz um tempo de adaptação para o contribuinte.

Entre os negativos, Colin afirma que, "em contraposição à criação do IVA Federal (que é um tributo novo, com base ampla), a proposta mantém o ICMS na sua base atual e apenas melhora a administração do tributo ao dar uma legislação única, mas com os mesmos problemas existentes hoje". Nesse sentido, avalia que há um descompasso: "Em termos de arrecadação a União vai ficar na vantagem. O Estado ainda carece de um aperfeiçoamento do seu principal tributo que é o ICMS. Talvez o caminho fosse a unificação com o ISS e a

criação de um IVA Estadual que possa abarcar principalmente uma área cinza que hoje figura entre o ICMS e o ISS que não é alcançado por nenhum desses dois tributos. Isso seria um avanço", propõe.

O presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Rogério Macanhão, defendeu o Estado Federado, com autonomia e competência tributária nas três esferas. "Que as Câmaras possam trabalhar a questão tributária no município e que as Assembleias tenham também esse poder", disse.



Molin: União terá vantagem

Proposta combate guerra fiscal

A PEC da reforma tributária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é menos ambiciosa do que defende o empresariado, ancorando-se no combate à guerra fiscal entre os Estados, com a unificação das regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As mudanças também desoneram a folha de pagamento das empresas para incentivar a criação de novos postos de emprego.

A desoneração da folha foi inicialmente descartada pela equipe econômica, mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, decidiu incluir a medida de última hora para conquistar simpatia das centrais sindicais e da indústria. A idéia é retirar o desconto do salário-educação, que hoje significa um encargo de 2,5%. Outras medidas também estão em estudo, como a redução da alíquota da contribuição patronal, atualmente em 20% sobre o INSS, em

cinco pontos percentuais. E ainda há possibilidade da criação de um limite para a arrecadação de impostos.

O governo desistiu de eliminar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Na proposta, o IPI será seletivo, com incidência sobre alguns produtos. Os detalhes não foram definidos. O texto deve continuar sofrendo alterações.

A idéia é aprovar as mudanças antes das eleições. Mesmo que isso ocorra, o brasileiro vai demorar para sentir os efeitos na prática. O governo propõe um prazo de seis anos para a mudança da cobrança do ICMS da origem para o destino, e o IVA federal (com a fusão de impostos), deverá ser total em 2010.

A PEC está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, tendo já recebido parecer do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

Alguns pontos

- Unificação da legislação do ICMS em todo o País (criação de faixas de alíquotas).
- Mudança da cobrança do ICMS da origem para o destino do produto (prazo de transição de 2010 a 2016).
- Unificação do PIS, Cofins e Cide em um único imposto: o IVA federal, com implantação prevista para 2010.
- Criação de fundo para compensar os Estados na mudança da cobrança do ICMS.
- Manutenção do IPI para alguns produtos
- Desoneração da folha de pagamento das empresas.

Luiz Alves/ Agência Brasil



PEC ainda está em fase de discussão na Comissão de Constituição e Justiça, devendo seguir para Comissão Especial

COMISSÕES

Finanças rejeita emenda substitutiva e aprova texto original do Prêmio Educar

Medida provisória do Executivo deve ser votado em Plenário na próxima semana

A Comissão de Finanças rejeitou, dia 2, emenda substitutiva global que as bancadas do PP e PT, mais a deputada Odete de Jesus (PRB) e o deputado Sargento Soares (PDT), apresentaram na tentativa de alterar a medida provisória que cria o Prêmio Educar. Na reunião, foi aprovado o texto original enviado ao Executivo.

O Prêmio Educar é um incentivo proposto, a partir de 1º de março de 2008, aos servidores ativos ocupantes dos cargos de professor, especialista em pedagogia, professores admitidos em caráter temporário do magistério público estadual e da Fundação Catarinense de Educação Especial. A idéia do Executivo é conceder R\$ 100,00, de março a julho, para os professores com carga horária de 40 horas semanais e mais R\$ 100,00 de agosto a dezembro, somando um total de

R\$ 200,00.

Não receberão os valores previstos como gratificação os servidores afastados da sala de aula. Seja por motivo de saúde, em readaptação, licenças especiais, para freqüentar curso de pós-graduação e para concorrer ou exercer mandato eletivo. Ou ainda em licença-prêmio, férias e em convocação ou à disposição de outro órgão.

O petista Pedro Baldissera abriu o debate em Plenário criticando a falta de uma política salarial e a exclusão dos trabalhadores da negociação.

Na sessão do mesmo dia, a decisão da Comissão de Finanças repercutiu em Plenário com parlamentares criticando, mais uma vez, a falta de diálogo do Executivo, autor da matéria. A base de sustentação ao governo não se manifestou sobre as críticas.



Eduardo Guedes de Oliveira

Relator José Natal lembra que medida é fruto de negociação do governo com professores grevistas

Oposição queria transformar valores em reajuste

Na Comissão de Finanças, em relatório de voto de vista das bancadas do PT, PP, PRB e do deputado Sargento Amauri Soares (PDT) foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Para os parlamentares opositoristas, o melhor encaminhamento seria transformar em reajuste salarial os valores que o governo do Estado gastará em gratificações com o Prêmio Educar. O raciocínio leva em consideração os cerca de 60 mil servidores do magistério, entre ativos, inativos e de caráter temporário.

A emenda substitutiva global previa dois reajustes salariais de 5%, sendo um válido a partir de

março de 2008 e outro em março de 2009. A data-base da categoria para negociação salarial seria maio. Pela argumentação da oposição, se o valor total gasto pelo governo com o Prêmio Educar fosse aplicado a todos os servidores do magistério, a categoria teria um reajuste salarial de 4,8%. Décio Góes (PT) afirmou que "não há como compactuar com uma atitude discriminatória do Poder Executivo, atentando diretamente contra a idéia de justiça social".

A posição foi questionada pelo líder do PMDB, deputado Manoel Mota, e pelo relator José Natal Pereira. Segundo eles, a proposta do governo é a única

viável no momento. O relator comentou que o Prêmio Educar é fruto de uma negociação do governo com os professores grevistas e não há como contemplar atualmente as demais categorias.

"O governo vem devendo uma política de reajuste aos professores há muito tempo, mas esta foi a melhor medida. Não adianta oferecer o impossível, pois existem impedimentos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)". Natal acredita em um novo diálogo entre os demais servidores do Magistério e o governo, para que no futuro possam ser contemplados em suas reivindicações.

Discursos em defesa do servidor

O petista Padre Pedro Baldissera abriu o debate em Plenário criticando a falta de uma política salarial e a exclusão dos trabalhadores da negociação.

Para o deputado Sílvio Dreveck (PP), a medida provisória não cumpriu exigências regimentais e constitucionais, entre elas a não demonstração da origem dos recursos para a nova despesa. Ele rotulou como "política de abandono dos aposentados" a proposta do Executivo.

O deputado Sargento Soares (PDT), por sua vez, chamou de "crueldade" o que se pretende

fazer com os servidores inativos e se disse "emocionado com a generosidade dos trabalhadores" em sugerir que o dinheiro direcionado para o abono seja dividido entre toda a categoria.

A deputada Odete de Jesus lembrou que "a emenda substitutiva não teve sucesso, mas não estamos derrotados". "Vamos continuar lutando pelo magistério público catarinense porque os professores são um referencial da educação e precisam assim ser tratados". A MP precisa ser votada na próxima semana para que não perca a eficácia.



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente da Comissão, Moacir Sopelsa, com deputado Dirceu Dresch

Agricultura aprova três audiências

A Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou, na reunião ordinária no dia 2, a realização de três audiências públicas. Elas vão tratar dos temas "Taxas provenientes da fiscalização e acompanhamento das agroindústrias familiares no estado", "O Programa de Fruticultura de Clima Temperado para o Planalto Norte; e "A renegociação das dívidas dos produtores rurais do estado".

A primeira das audiências

públicas, sobre as taxas, será realizada, dia 9, às 18 horas, na Sala das Comissões da Casa. O objetivo do encontro será discutir as taxas instituídas pelos Conselhos Regionais dos profissionais de Medicina Veterinária, Química e outros órgãos referentes às inspeções técnicas junto às agroindústrias familiares.

A audiência pública sobre o Programa de Fruticultura foi requerida pelo prefeito

de Monte Carlo, Sirineu Ratochinks (PSDB). A reunião está programada para ocorrer no dia 12 de maio, no município de Monte Carlo, como evento comemorativo ao seu aniversário, que acontece no dia 15. O local ainda será escolhido.

A audiência sobre a renegociação das dívidas ainda não tem data marcada, mas ficou acordado que será entre o fim de abril e o começo de maio, na Assembléia.

Bombeiros pedem apoio ao Legislativo

Voluntários de Campo Belo do Sul buscam solução para impasse que impede instalação de unidade no município

Rodrigo Viegas

Representantes dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina estiveram, dia 31, no Legislativo em busca de solução para impasse no Planalto Serrano. Os Voluntários acusam os Bombeiros Militares de não aceitarem a coexistência dos dois modelos e trabalharem por sua extinção. Eles pediram apoio ao deputado Reno Caramori (PP).

Os Bombeiros Voluntários de Campo Belo do Sul relataram ao parlamentar uma série de fatos que estariam caracterizando perseguição por parte da 3ª Companhia de Bombeiros Militares de Lages.

Além das articulações políticas e das pressões para impedir a instalação da unidade no município, agora instauraram um processo por crime de usurpação de função pública acusando os Voluntários de realizarem vistoria e fiscalização.

Segundo Amarildo Molinari, comandante da corporação de Campo Belo do Sul e que atende ainda cidades de Capão Alto, Cerro Negro e Anita Garibaldi, "desde a implantação de nossa unidade já atendemos 940 ocorrências, disponibilizando 27 voluntários ativos, duas ambulâncias, um caminhão e um veículo administrativo. Nossa intenção é contribuir com estas comunidades que há muito tempo pleiteavam atendimento desta natureza e há 12 anos não tinham bombeiros em seus municípios".

Defensor da categoria e já tendo ocupado a tribuna do Plenário da Assembléia Legislativa para defender o direito dos Bombeiros Voluntários, Caramori foi enfático em sua avaliação: "Os Bombeiros Militares têm que cuidar da falência que se encontram muitas de suas corporações e não criar caso com quem tem contribuído com a segurança dos catarinenses. Ao contrário de prejudicar as unidades dos Voluntários, deveriam se preocupar em ampliar suas atividades aos mais de 170 municípios de Santa Catarina que não são atendidos".

Público

Diretor-executivo da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina (Abvesc), Aldair Amâncio Faria tem a mesma opinião. Citando o caso do Bairro Garcia, em Blumenau, onde o posto militar está sendo fechado, ele criticou o caráter corporativo das reclamações em detrimento do interesse público: "O Estado está sem estrutura para manter a corporação militar e, mesmo assim, pretende desqualificar o atendimento feito pelos Voluntários".

O parlamentar progressista prometeu usar a tribuna para tratar do tema junto aos demais parlamentares, além de marcar audiência com o secretário de Estado de Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet (PMDB), para encontrar uma solução para o impasse.



Grupo vai ao gabinete de deputado Reno Caramori, que se compromete em marcar audiência com Benedet

Audiência vai discutir a dengue

Audiência pública, requerida pela deputada Odete de Jesus (PRB), vai discutir, dia 10, estratégias de combate ao mosquito da dengue em Santa Catarina. A reunião vai tratar das medidas adotadas pelos órgãos competentes no estado no combate ao mosquito e na profilaxia da doença que avança na região Sudeste do país, especialmente no Rio de Janeiro, que já registrou mais de 60 mortes.

Programada para começar às 14 horas no Auditório Deputada Antonieta de Barros, a audiência deve reunir, além da comunidade,

representantes dos municípios e órgãos da Saúde. "Queremos esclarecimentos sobre o que os órgãos competentes têm realizado no sentido de impedir que a doença chegue ao estado e faça vítimas como ocorre hoje no Rio de Janeiro. Também desejamos imprimir força na busca de ferramentas que nos permitam esclarecer, informar, orientar, o maior número de pessoas, através de campanha eficaz, sobre a doença", define a deputada Odete.

Ao mesmo tempo, a parlamentar quer saber dos representantes

da Anvisa e Infraero em Santa Catarina se há, no estado, a prática da descontaminação externa de aeronaves que pousam nos aeroportos catarinenses. "A intenção é conhecer quais os mecanismos que as instituições estão desenvolvendo no sentido de combate à dengue e quais os números reais de registros da doença no estado", falou.

O combate ao mosquito da dengue já foi tema de audiência pública em novembro do ano passado, quando foram sugeridas diversas medidas como ferramentas de trabalho.

PP entra com ADIn por omissão contra governador

Eduardo Guedes de Oliveira



Partido Progressista diz que Executivo descumprir revisão de remuneração

A bancada do PP propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) por omissão em face ao descumprimento do Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, que prevê a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, na mesma data e com índices idênticos, para reajuste anual dos servidores públicos de Santa Catarina. O objetivo do partido é fazer com que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) encaminhe ao Poder Legislativo projeto de lei específico destinado a fixar ou manter a periodicidade máxima de 12 meses estipulados para ajuste dos vencimentos.

O presidente estadual do partido, deputado Joares Pon-

ticelli, esclareceu que o governador concedeu apenas 1% de reajuste anual dos servidores públicos, em seis anos de governo, em agosto de 2003. "O ex-governador Esperidião Amin (PP) concedeu, em quatro anos, 28,5%, sendo a última atualização em abril de 2002. Depois disso instituiu a política dos abonos, para alguns segmentos representa a metade do salário", explicou.

De acordo com a bancada, a falta desta correção trouxe perdas salariais aos servidores públicos estaduais, que alcançou o índice de 32,87% em dezembro de 2007. No período, a arrecadação do estado cresceu de R\$ 320 bilhões para aproximadamente

R\$ 900 bilhões.

"A revisão salarial tem como proposta a recomposição da perda de poder aquisitivo do servidor, portanto, deverá acontecer sempre na mesma data e sem exceções. Nenhum governo tem obrigação de conceder aumento, mas tem a obrigação constitucional da revisão geral anual", esclareceu o líder do PP da Casa, deputado Silvio Dreveck.

Além da ADIn, mais de 50 ações foram propostas contra o governador. Destas, cinco correm no Superior Tribunal de Justiça. Ponticelli informou que o STJ pede anualmente licença ao Legislativo para dar continuidade ao processo.

Sintese se reúne com deputados e pede retirada de projeto do Iprev

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina teme mudança de modelo

Eduardo Guedes de Oliveira

A retirada do projeto que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev) foi pedida aos deputados Sérgio Grando (PPS) e Renato Hinnig (PMDB) por um grupo de representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintese).

A diretora de comunicação da entidade, Célia Maria Campos, diz que os servidores estão receosos em relação à matéria. O sindicato entende que o projeto muda o modelo até então vigente, de repartição simples com solidariedade entre gerações, para um regime de capitalização. O que, segundo ela, não dá a certeza ao servidor dos proventos a serem recebidos, uma vez que depende de um cálculo atuarial a cada ano. "A ótica deixa de ser social para ser financista", acredita.

Célia pediu a ambos os deputados que participem da Frente Parlamentar pela Defesa do Servidor e a alteração do calendário de audiências públicas que

será promovida pela Assembléia Legislativa para a discussão da matéria. A representante do Sintese faz críticas ao fato de serem realizadas duas audiências no mesmo dia e em cidades distantes, inviabilizando a mobilização massiva dos servidores.

O deputado Renato Hinnig (PMDB) comenta serem válidas as preocupações dos servidores, mas argumenta que não se pode adotar um posicionamento simplista quanto ao projeto. Para ele, a discussão do assunto é necessária para que sejam preservados os direitos e mesmo a garantia de que o servidor inativo irá receber no futuro sua aposentadoria. "O sistema atual causa temor à medida que for aumentando o número de servidores inativos. O Estado corre o risco de ser inviabilizado", diz. Hinnig informa que em todas as discussões da base governista foi reafirmado que os direitos adquiridos pelos servidores do atual sistema serão preservados.

O compromisso assumido



Como acontece todas as quintas-feiras, servidores públicos estaduais são ouvidos por parlamentares

pelo deputado Professor Sérgio Grando é de apresentar uma emenda ao projeto para que seja criado um conselho com representantes dos servidores junto ao Iprev. Ele diz que a preservação de questões como a paridade e in-

tegralidade está clara no projeto. Grando defende a discussão com base no que se pode avançar para melhorar a proposta.

Os encontros entre servidores públicos estaduais e parlamentares têm se realizado nas manhãs

de quinta-feira, paralelamente às sessões ordinárias. Eles buscam explicar seus receios e buscar apoios às questões pontuadas. Os parlamentares também expõem suas opiniões sobre o projeto.

Deputados preocupados com PEC que não limita reeleição

O desarquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), neste mês, que permite a reeleição sem limites para cargos majoritários tem preocupado os deputados catarinenses. Se a PEC for aprovada, ela abrirá caminho para a aprovação de um terceiro mandato ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O assunto foi trazido a debate pelo deputado Kennedy Nunes (PP). Afirmado não ter nada contra o presidente Lula, Kennedy disse que há coisas mais importantes para mudar na Constituição Federal. "Se é tão fácil mudar a Constituição Federal nessa questão, então porque não discutir melhor o tratamento aos crimes hediondos?" Kennedy reconhece que a questão é mérito federal, mas tem que ser debatida. "Sei que não é competência do estado, mas devemos chamar a atenção dos nossos pares na esfera federal para tratar do assunto com mais cuidado. A Constituição tem que ser mudada em benefício da população, e não em prol da política", falou.



Kennedy: contrário à reeleição

O deputado José Natal Pereira (PSDB) também se mostrou contra o "terceiro mandato" do governo Lula. "Sou contra o terceiro mandato porque onde estará a democracia se isso acontecer? Até porque nem tudo são flores. Junto com Lula está uma gama de pessoas que não valem muita coisa", completou.

Questões como investimentos nos pequenos municípios do país e o melhoramento da condição de vida dos brasileiros foram pontuadas por Natal como questões mais



Natal: nem tudo são flores

importantes a serem debatidas na Câmara Federal.

Um Brasil novo com a continuação do mesmo projeto político. Essa é opinião do líder do PT, deputado Pedro Uczai, que assegura que a bancada catarinense é contra a reeleição. "Somos a favor da continuação do governo através de outro companheiro. Queremos um Brasil novo que continue com o mesmo projeto de popularidade do governo Lula com idéias que continuem a favorecer o povo", finalizou.

Uso de livros didáticos em escolas particulares será disciplinado

A troca anual de livros didáticos ou apostilas nas escolas particulares de educação básica tem sido alvo de inúmeras reclamações. Foi por esse motivo que a deputada Ana Paula Lima (PT), apresentou dia 2, um projeto de lei que visa disciplinar o uso desse material.

O Projeto de Lei n.º 35/08 quer garantir o uso dos livros didáticos pelo período mínimo de quatro anos letivos, dando um uso mais racional e solidário às obras. "Tenho ouvido muitas mães e pais reclamarem sobre a troca dos livros. Primeiro por acarretar inúmeros problemas à comunidade como os altos custos econômicos, mas também, por trazer problemas ambientais".

De acordo com a parlamentar, os livros poderiam ser utilizados por outros alunos da mesma escola sem prejuízo ao desempenho escolar. "O país possui hoje um dos maiores mercados



Ana: uso racional e solidário

de livros didáticos do mundo. A diversidade é extraordinária. Mas eu não consigo entender o que leva muitas escolas a, anualmente, substituírem seus livros", completou.

A organização anual de uma feira para a realização de troca de livros didáticos oportunizando o acesso mais econômico ao livro também está previsto no projeto.

PLENÁRIO

SC e RS querem o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruguai

Dois milhões e 700 mil dólares serão investidos na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai. Ela tem 75% do seu território sobre o Aquífero Guarani, a maior reserva de água doce subterrânea do mundo. Os recursos foram anunciados pelo secretário extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água do governo do Rio Grande do Sul, Rogério Ortiz Porto, na sessão ordinária do dia 3.

Aos parlamentares, o secretário falou dos benefícios desse plano diretor, que objetiva o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruguai. "Não houve preocupação com as consequências do progresso. Se tivéssemos pensado em progresso com sustentabilidade teríamos evitado os altos índices de poluição que vêm sendo registrados."

Porto elogiou os governos catarinense e gaúcho que, juntos, investiram US\$ 1,5 milhão no projeto. O restante do valor, US\$ 1,2 milhão, vem do governo japonês.



Porto: estiagem é problema

Os elogios foram estendidos às assembleias legislativas, que apóiam essa iniciativa.

Segundo o secretário, a elaboração do plano começou no mês passado e as empresas que vão realizar a consultoria têm prazo de dois anos para a apresentação do relatório. Mas as obras serão realizadas à medida que os problemas forem diagnosticados. Uma delas é a construção de uma coroa de açudes para decantar o esgoto

concentrado e não o diluído das cidades, evitando a poluição da bacia e do aquífero. "Outro benefício enorme para a preservação, recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é o uso racional da água da chuva, que pode ser armazenada em cisternas e reaproveitada."

Safra 2008

Rogério Porto solicitou aos parlamentares catarinenses que, a exemplo do Rio Grande do Sul, reivindiquem ao governo federal a inclusão de áreas irrigadas de soja, milho e pastagem para o plano de safra 2008. Essa inclusão permitiria aos produtores o financiamento de custeio com seguro agrícola, principalmente para a safra de verão, quando os dois estados sofrem com a estiagem.

Para oficializar esse pedido, o deputado Renato Hinnig (PMDB) vai protocolar, no dia 9, na Comissão de Agricultura da Assembleia, uma moção ao Ministério da Agricultura.

Potencial do Aquífero Guarani é destacado em Plenário

Ao unir geograficamente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Aquífero Guarani, maior manancial de água doce da América do Sul, representa um grande integrador econômico e ambiental dos países do Mercosul. Considerando o seu forte potencial, várias ações são realizadas com o objetivo de preservar seus recursos hídricos.

O deputado Edson Andrino (PMDB), tem levado o assunto a Plenário, destacando que o aquífero tem uma expressiva importância por constituir uma reserva estratégica para o abastecimento da população, tanto para o desenvolvimento das atividades econômicas, quanto para as de lazer.

Segundo o parlamentar, universidades como a Uniplac, Udesc, UFSC e Unoesc, realizam um trabalho de educação ambiental, pesquisa e recuperação dos rios (mata ciliar), em conjunto com órgãos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapescc) e Fundação José Boiteux.



Andrino, ao centro, defende participação do Legislativo nos debates

Andrino destacou, ainda, que o trabalho do Legislativo é fundamental para dar prosseguimento ao tema. "Esta Casa não pode se ausentar do processo econômico e social que envolve o aquífero", disse Andrino. "As águas da reserva podem ser utilizadas, futuramente, de forma aquecida, potável ou térmica."

Uma ação importante para subsidiar as atividades voltadas para a preservação do aquífero foi a recente liberação de aproximadamente US\$ 2,7 milhões

pelo governo federal, através de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Aquífero Guarani está no subsolo dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os deputados Pedro Uczai (PT), Flavio Ragagnin (PP), Elizeu Mattos e Renato Hinnig (PMDB) também reforçaram em Plenário a necessidade de atenção especial à reserva.

[GABINETES]

CÓDIGO AMBIENTAL

A Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo – Frencoop – se reuniu, dia 31, na sede da Fecoagro, Florianópolis, com o setor cooperativista para discutir ações de apoio ao novo código ambiental para Santa Catarina, elaborado pelo Governo do estado e entregue à Assembleia Legislativa.

Segundo o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Frente, "não faltará esforço dos membros da Frencoop para a aprovação de um novo código ambiental para o Estado, que deverá ser discutido com todos os setores envolvidos, para que sejam superadas todas as contradições do projeto, fazendo o melhor para SC". Uma das decisões tomadas no encontro foi no sentido do apoio técnico do setor cooperativista nas discussões na Assembleia, para que os parlamentares alcancem um equilíbrio sem perder a qualidade do desenvolvimento.

Para Sopelsa, que também é presidente da Comissão de Agricultura, o processo deve tramitar nas comissões técnicas do Legislativo para que se tirem todas as dúvidas. O parlamentar lembrou que é importante que o Congresso Nacional aprove uma lei para que cada estado possa legislar conforme suas necessidades geográficas. (André Guessser, assessor do deputado Moacir Sopelsa)

FALTAM MÉDICOS NO CEPON

Em pronunciamento dia 2, o deputado Sargentos Soares (PDT) falou sobre a crise no funcionalismo público, em especial, a respeito de um novo problema detectado na área da saúde: a falta de médicos no Cepon. Conforme denúncia feita ao Ministério Público de Santa Catarina pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Florianópolis, jamais houve a contratação para o Hospital do Cepon de médicos plantonistas para o período diurno.

Até então os atendimentos diários eram feitos por profissionais residentes, mas, a partir de abril, a residência médica em oncologia que era realizada no Cepon, passou a ser desenvolvida no Hospital Celso Ramos. Ou seja, não há mais médicos em tempo integral na instituição.

O que mais chama a atenção do deputado é que o cancelamento da residência médica já era de conhecimento da direção da instituição há cerca de três meses e nada foi feito para evitar essa situação. Soares argumentou que pessoas doentes, principalmente com câncer, lutam diariamente contra o tempo e não podem esperar mais três meses por atendimento. (Kelen Oliveira, assessora do deputado Sargentos Soares)

CAPITAL DA LÍNGUA ALEMÃ

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na terça-feira (1º), projeto de lei que concede ao município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã. A proposição é do deputado Herneus de Nadal (PMDB), para quem "a intenção é estimular o aprendizado e a prática de outro idioma, no caso o alemão, por conta da relação cultural histórica que envolve aquela comunidade".

Herneus lembra que São João do Oeste já se destaca nacionalmente por índices educacionais, pois é uma das cidades brasileiras com maior percentual de moradores alfabetizados. Agora, segundo o parlamentar, o município onde 92% da população fala o idioma alemão poderá tornar-se conhecido também por outro aspecto positivo, ligado à cultura e à educação, para obter reconhecimento na mídia.

O deputado espera que a tramitação da matéria nas comissões temáticas da Assembleia seja rápida, de forma que logo a lei possa ser sancionada pelo governador Luiz Henrique, em visita que está por ser confirmada a São João do Oeste. "A comunidade terá motivo para festejar um título que é o reconhecimento de uma identidade local", ele avalia. (Evory Pedro Schmitt, assessor da bancada do PMDB)

COMUNIDADE



Matt Corner

Beirute, Líbano, depois do bombardeio israelense em Dahie, no sul da capital



Guillermo Valle

Beirute, Líbano: libanesa chora ao encontrar sua casa completamente destruída

100 histórias impressiona pela qualidade

Os autores

Matt Corner

É formado em Geologia e Ciências Agrárias pela Universidade de Trieste. Atuou no mercado publicitário e começou sua carreira no jornalismo fotográfico em 1997, trabalhando anos na agência Farabolafoto, em Milão. Esteve no Oriente Médio e norte da África. Também foi parceiro da agência Granata e revistas e jornais italianos e hoje é fornecedor da agência Emmevi Photo, de Milão, além de colaborador da agência internacional Grazia Neri. Suas fotos emplacam em revistas italianas como Oggi, lo Donna, Famiglia Cristiana, Panorama e jornais como La Stampa, Libero e Corriere della Sera. No Brasil, suas fotos estão na revista Caros Amigos.

Guillermo Valle

É formado pelo Instituto de Estudos Fotográficos de Barcelona. Começou a estudar fotografia aos 14 anos, após uma viagem escolar a Sarajevo e, apenas dois anos mais tarde, seus trabalhos começaram a ser publicados em diversos jornais de Barcelona. A primeira reportagem internacional foi realizada em 2001, na Itália, sobre as manifestações contra a reunião do G8, em Gênova. No ano seguinte foi à Palestina para cobrir a Intifada e, em 2003, começou a trabalhar como freelancer para o jornal El País, de Madrid, um dos mais importantes da Espanha. Nos últimos anos, tem se especializado nos conflitos do Oriente Médio. Em 2006 e 2007 cobriu os conflitos no Líbano. Atualmente trabalha para a agência francesa Sipa Press.

Mostra de fotojornalismo internacional mistura coragem, realismo e arte

Evelise Nunes

Impactante. Assim foi o lançamento de 100 histórias, mostra fotojornalística que traz, entre outros, os diversos cenários das guerras do Iraque, Líbano e Palestina no dia 31, no hall da Assembléia Legislativa. A exposição, composta por 100 fotografias (30X45cm) - 50 do italiano Matt Corner e 50 do espanhol Guillermo Valle - fica na Casa até 11 de abril.

100 histórias foi apreciada por dezenas de pessoas entre autoridades, fotógrafos, cineastas,

escritores, professores, alunos e, claro, jornalistas. O escritor Renato Tapado, por exemplo, ficou impressionado com o conteúdo e com a qualidade das fotos. "Não é só o registro de um fato. Tem um adendo, um diferencial que resgata a cultura de cada local", reflete. Ele cita tanto a oportunidade dos fotógrafos de estarem no lugar e hora certos, quanto a coragem e o senso de realidade de seus olhares.

Para outro apreciador da mostra, o cineasta Chico Caprario, "isso não é normal. É bom que se chegue a essa informação", diz,

apontando para a foto de uma mulher que perdeu a casa no Líbano, autoria de Guillermo. "Parece que não existe mais esperança."

100 histórias é dedicada ao fundador da revista Caros Amigos, Sérgio de Souza, falecido no último dia 25. A mostra é patrocinada pela Brasil Telecom e tem apoio da Associação Catarinense de Imprensa, da Universidade Estácio de Sá, do Sinergia, do hotel Maria do Mar, do Sindicato dos Jornalistas/SC, do projeto Se Essa Mídia Fosse Minha, do Instituto Estudos Latino-Americanos e da revista Caros Amigos.

Fotógrafo de guerra

Matt Corner, um dos responsáveis por dar rostos aos personagens dessas histórias, cresceu acompanhando os refugiados da Península Balcânica.

Presente no lançamento, Matt disse ser impossível ser imparcial quando se fotografa guerra. Entretanto, a imparcialidade a que se refere não vem de engajamento, mas de estar "do lado de quem está recebendo bomba na cabeça. Não se trata de discurso político, mas de bom senso".

O italiano completa que para ter uma visão objetiva do que está acontecendo é preciso circular em cada lado do conflito. "As guerras não são feitas apenas de soldados e exércitos, como as guerras do passado. Mas de todo um povo, com velhos, crianças e também terroristas".

O fotógrafo conta, ainda, que precisa existir muito respeito na aproximação à população que pretende registrar. "No mundo inteiro, principalmente numa situação de guerra ou conflito, não há como fazer foto sem permissão das pessoas em questão". Por outro lado, ele diz que existe uma necessidade, um desejo dessas mesmas pessoas mostrarem o que estão vivendo. "Elas mesmas chamam a gente".



Eduardo Guedes de Oliveira

Matt Corner, um dos fotógrafos da exposição, que tem trabalhos publicados na Caros Amigos e na mídia italiana

Abordagem humana

Organizada pelos jornalistas Fernando Evangelista e Juliana Kroeger, a mostra revela o que há de melhor no fotojornalismo. "A junção da informação com a arte,

sem a pretensão do distanciamento ou da imparcialidade, demonstrando que é possível abordagem jornalística mais sensível, mais contextualizada e mais humana",

resume Juliana. As imagens desvendam temas que marcaram o debate internacional neste século XXI: guerras, imigração, religião, ecologia, drogas e terrorismo.